

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.569 - MG (2019/0281190-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**  
**ADVOGADOS** : **HELENA MECHLIN WAJSFELD CICARONI - SP194541**  
**GUSTAVO AMERICANO FREIRE - MG113034**  
**MARCELO MARCUCCI PORTUGAL GOUVEA E OUTRO(S) - SP246751**  
**ELON CAROPRESO HERRERA - SP399752**  
**AGRAVADO** : **RUI REZENDE MONTI**  
**ADVOGADO** : **FLAVIANY MONTI BERNARDO MENDES - MG138653**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO DE VIDA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA. ABUSIVIDADE LIMITADA ÀS FAIXAS ETÁRIAS SUPERIORES A 60 ANOS E DESDE QUE CONTE O SEGURADO COM MAIS DE 10 ANOS DE VÍNCULO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. RESTITUIÇÃO DE VALORES. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUO. PRECEDENTES. DANO MORAL CARACTERIZADO. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO.

### **DECISÃO**

Rui Rezende Monti ajuizou ação de conhecimento contra Companhia de Seguros Aliança do Brasil pretendendo a restituição do valor das cobranças indevidas concernentes a reajustes abusivos no contrato de seguro de vida firmado entre as partes e condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos e condenou a ré à restituição dos valores cobrados indevidamente, exceto as parcelas fulminadas pela prescrição anual, bem como ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Interposta apelação pela seguradora, a Décima Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por maioria, negou provimento ao recurso e, de ofício, alterou o prazo prescricional aplicável ao direito de restituição dos valores para 3 (três) anos.

O acórdão foi assim ementado (e-STJ, fl. 387):

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DE VIDA - PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE REVISÃO CONTRATUAL - REJEITADA - PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE RESSARCIMENTO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS - PRAZO TRIENAL - REFORMA DA SENTENÇA - REAJUSTE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA - ABUSIVIDADE CONSTATADA - RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR - DANO MORAL - MANUTENÇÃO DO "QUANTUM".

A prescrição constitui matéria de ordem pública, de modo que deve ser • avaliada a qualquer momento processual, inclusive de ofício, e não configura julgamento "extra petita", tampouco "reformatio in pejus". Por se tratar de pretensão de nulidade de cláusula de reajuste prevista em contrato, com a consequente repetição do indébito, a ação ajuizada está fundada no enriquecimento sem causa e, por isso, o prazo prescricional é o trienal previsto no art. 206, § 30, IV, CCI02.

Segundo orientação do colendo Superior Tribunal de Justiça, a cláusula de seguro de vida que aumenta o valor do prêmio de acordo com a faixa etária do segurado é abusiva, quando imposta a pessoas com mais de 60 anos e que tenham mais de dez anos de vínculo contratual.

Não há que se falar em redução do "quantum" arbitrado a título de danos morais quando em consonância com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Ademais, o valor fixado deve atender o caráter punitivo-pedagógico do dano moral, não se afigurando, pelo seu montante, como exagerada a ponto de se constituir em fonte de renda, já que tem o nítido caráter compensatório.

V.V.: A majoração de ofício do prazo prescricional, em prejuízo do Apelante, viola o princípio da non reformatio in pejus em afronta ao justo processo legal.

Somente configuram dano moral a dor, angústia e humilhação de grau intenso e anormal, que interfiram de forma decisiva no comportamento psicológico do indivíduo.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para suprir a omissão do acórdão em relação aos juros e correção monetária, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 415):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -ALEGAÇÃO DE OMISSÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

NO JULGADO - OCORRÊNCIA - JUROS DE MORA - RESPONSABILIDADE CONTRATUAL - TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA - CITAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - MANUTENÇÃO.

Em sendo constatada a omissão na decisão, deve-se acolher os embargos de declaração sanando a matéria omissa.

No que se refere ao termo inicial de incidência dos juros moratórios em caso de responsabilidade contratual, como na presente demanda, devem incidir à data da citação, conforme precedentes do STJ.

Já a correção monetária não se pode dar o mesmo tratamento suspensivo, porque esta não constitui penalidade, mas simples mecanismo de manutenção do poder aquisitivo da moeda.

Irresignada, a empresa de seguros interpôs recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, alegando ofensa aos arts. 1º e 15 da Lei n. 9.656/1990; 15, § 3º, do Estatuto do Idoso; 2º, 8º, 32 e 35 do Decreto-Lei n. 73/1966; 1.442 do Código Civil de 1916; 186, 187, 188, 206, § 1º, II, *b*, 884 e 944 do Código Civil de 2002; 2º, 141, 373, 492, 502, 505, 507, 508, 1.013 e 1.022 do CPC/2015;

Em suas razões, sustentou a impossibilidade de se aplicar, por analogia, as regras específicas de planos de saúde individuais aos contratos de seguro coletivos.

Asseverou a higidez da cláusula de reajuste por fator etário como forma de preservar o equilíbrio atuarial da apólice.

Defendeu a incidência do prazo prescricional ânua à pretensão de discutir cláusula contratual que estabelece o reajuste dos prêmios de acordo com a faixa etária do segurado, que se inicia a partir da ciência deste a respeito de tal estipulação na apólice.

Argumentou que o mero inadimplemento contratual não enseja a condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

Alegou, subsidiariamente, negativa de prestação jurisdicional por não ter havido o enfrentamento de todas as questões submetidas ao Colegiado local nos embargos de declaração.

Contrarrazões às fls. 477-480 (e-STJ).

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial, o que levou a insurgente a interpor o presente agravo.

# Superior Tribunal de Justiça

Contraminuta apresentada às fls. 520-522 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No que diz respeito à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o Tribunal *a quo* resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação suficiente para dirimir o litúgio.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

No tocante ao reajuste etário em contrato de seguros de vida em grupo, esta Corte Superior entende que a existência de cláusula prevendo o reajuste do prêmio do seguro de vida, em decorrência da faixa etária, só se mostra abusiva na hipótese de o segurado completar 60 anos de idade e sua relação contratual tiver mais de 10 (dez) anos.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
SEGURO DE VIDA. REAJUSTE. FAIXA ETÁRIA.  
ABUSIVIDADE.

1. No caso, o recurso especial foi provido para se reformar acórdão que entendeu que a cláusula de reajuste por faixa etária em seguro de vida é abusiva por si só, determinando-se o retorno dos autos à origem, para análise do tema de acordo com a jurisprudência do STJ.

2. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgInt no AREsp 1101085/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL.

JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. PLANO DE PECÚLIO POR MORTE. CLÁUSULA DE REAJUSTE DE MENSALIDADE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. CONSUMIDOR IDOSO. PARÂMETROS LEGAIS. INOBSERVÂNCIA. SEMELHANÇA AOS CONTRATOS DE SEGURO DE VIDA. AUMENTO. ABUSIVIDADE.

1. É possível o julgamento antecipado da lide quando o magistrado entender substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. A inversão do julgado no ponto encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que, nos contratos de seguro de vida, a cláusula contratual que estipula a majoração do prêmio segundo a faixa etária do consumidor somente é abusiva quando o segurado completar 60 (sessenta) anos de idade e ter mais de 10 (dez) anos de vínculo contratual, contados da vigência da Lei nº 9.656/1998, se a pactuação lhe for anterior.

Aplicação, por analogia, do art. 15, parágrafo único, da Lei de Planos de Saúde.

3. Incide o mesmo entendimento nos planos de pecúlio por morte, pois assemelham-se aos seguros de vida.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1428005/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016)

RECURSO ESPECIAL. REVISIONAL DE CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. REAJUSTE DO VALOR DO PRÊMIO. MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. ABUSIVIDADE RECONHECIDA LIMITADA ÀS FAIXAS ETÁRIAS SUPERIORES A 60 ANOS E DESDE QUE CONTE O SEGURADO COM MAIS DE 10 ANOS DE VÍNCULO. ANALOGIA COM CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. PARCIAL PROCEDÊNCIA.

1. Não há violação do disposto no art. 535 do CPC quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados.

2. A cláusula que estabelece o aumento do prêmio do seguro de acordo com a faixa etária, se mostra abusiva somente após o segurado complementar 60 anos de idade e ter mais de 10 anos de vínculo contratual. Precedente.

3. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1376550/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 12/05/2015).

# Superior Tribunal de Justiça

*In casu*, aplicando a jurisprudência acima destacada, o Colegiado estadual concluiu que houve o preenchimento dos requisitos acima descritos para considerar abusiva a cláusula de reajuste das mensalidades do contrato de seguro de vida, consignando que "em fevereiro de 2016 (data da citação) o Autor/Apelado já havia ultrapassado a idade de 60 anos, bem como os 10 anos de vínculo contratual" (e-STJ, fl. 395). Incidência da Súmula 83/STJ.

Quanto ao prazo prescricional, importante registrar que, no caso, a relação estabelecida entre as partes é de trato sucessivo, considerando o reajustamento anual do valor do prêmio em razão da faixa etária do segurado.

Em tais situações, a Terceira Turma desta Corte firmou entendimento de que o prazo prescricional para o ajuizamento de ação de restituição de valores, amparada em cláusula contratual considerada abusiva, é de 1 (um) ano, nos termos do art. 206, § 1º, II, *b*, do Código Civil.

Assim, ainda que não haja prescrição do fundo de direito, nos termos da jurisprudência do STJ, somente serão passíveis de cobrança os valores desembolsados indevidamente nos últimos 12 (doze) meses antes do ajuizamento da demanda.

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO DE VIDA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DA EXTINÇÃO DO CONTRATO. IMPRESCRITIBILIDADE AFASTADA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUO. 1. Ação ajuizada em 02/12/2010. Recurso especial atribuído ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73 2. O propósito recursal é definir o prazo prescricional aplicável às pretensões deduzidas pelo segurado. 3. O recorrido, em sua petição inicial, deduz as seguintes pretensões: i) a de manutenção das condições contratuais previstas na "Apólice 40" (apólice já extinta); ii) a declaração de nulidade da cláusula que prevê o reajuste por mudança de faixa etária prevista na "Apólice Ouro Vida Grupo Especial" (apólice ainda vigente); e iii) também, a repetição de indébito relativa aos valores pagos a maior a este título. 4. Quanto à pretensão de manutenção das condições gerais contidas na "Apólice 40" (contrato já extinto), mostra-se imperiosa a aplicação do prazo prescricional anual previsto no art. 206, § 1º, II, "b", do CC/02, que

versa sobre a pretensão do segurado contra o segurador. 5. Quanto às pretensões relativas ao contrato ainda vigente, constata-se que as mesmas não se restringem à declaração de nulidade das cláusulas contratuais, mas, justamente, à obtenção dos efeitos patrimoniais dela decorrentes, ou seja, a indenização pelos prejuízos advindos do pagamento a maior do prêmio, em virtude da previsão de atualização segundo a mudança de faixa etária. 6. O prazo prescricional para a propositura de ação objetivando a restituição de prêmios em virtude de conduta supostamente abusiva da seguradora, amparada em cláusula contratual considerada abusiva, é de 1 (um) ano, por aplicação do art. 206, § 1º, II, "b", do Código Civil. 7. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de trato sucessivo, com renovação periódica da avença, devendo ser aplicada, por analogia, a Súmula 85/STJ. Logo, não há que se falar em prescrição do fundo de direito e, como consequência, serão passíveis de cobrança apenas as quantias indevidamente desembolsadas nos 12 (doze) meses que precederam o ajuizamento da ação. 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp n. 1.637.474/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. REAJUSTE ABUSIVO DO PRÊMIO EM FUNÇÃO DA FAIXA ETÁRIA. PRETENSÃO DE REVISÃO DO CONTRATO E REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR. PRESCRIÇÃO. PRAZO ANUO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A pretensão do segurado de revisar as cláusulas do contrato e também a de reaver valores pagos a maior prescrevem em um ano, por aplicação do art. 178, § 6º, II, do CC/16, correspondente ao 206, § 1º, b, do CC/02. Precedentes. 2. No caso de seguro de saúde, em que o prêmio é pago mensalmente, constituindo relação de trato sucessivo, o lapso prescricional anual flui a partir do pagamento de cada parcela indevida, não se reconhecendo a chamada prescrição do fundo de direito. 3. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação à aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da

# *Superior Tribunal de Justiça*

respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei. 4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp n. 745.841/RJ, Relator o Ministro MOURA RIBEIRO TERCEIRA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 22/8/2017.)

Correto, por um lado, o acórdão recorrido ao não reconhecer a prescrição do fundo de direito.

Todavia, o Tribunal local, ao reformar a sentença, consignou que, no tocante aos efeitos pecuniários advindos do pedido declaratório de revisão de cláusula abusiva de contrato de seguro de vida em grupo, deveria ser observado o prazo trienal previsto no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, dada a natureza da demanda.

Dessa forma, merece reforma o acórdão quanto ao prazo a incidir na pretensão da restituição ao segurado das parcelas cobradas indevidamente pela seguradora, qual seja, 1 (um) ano anteriormente à propositura da ação (art. 206, § 1º, II, *b*, do Código Civil).

No que tange à condenação por danos morais, não se desconhece que a jurisprudência deste Superior Tribunal é no sentido de que o simples inadimplemento contratual, em regra, não configura dano moral indenizável.

O Tribunal local, entretanto, sopesando o acervo fático-probatório do processo em exame, asseverou que ficou caracterizada a sua ocorrência, conforme se observa dos trechos a seguir transcritos (e-STJ, fls. 303-304):

Quanto ao dano moral arbitrado em primeira instância, não há que se reformar a decisão do magistrado.

Isto porque a abusividade no contrato colocou o Autor/Apelado em situação de desamparo, uma vez que se viu obrigado a cancelar o contrato de seguro de vida em razão da extrema onerosidade decorrente dos abusivos reajustes e, ainda, perdeu os prêmios até então pagos. Ademais, o Autor/Apelado encontra-se em idade avançada, isto é, momento da vida em que a cobertura contratada ganha ainda mais relevância pelo maior risco de ocorrência de eventos que podem levá-lo a óbito.

Dessa forma, a abusividade contratual proporcionou ao Autor/Apelado tensão e abalos psicológicos que ultrapassam a esfera dos meros dissabores oriundos das relações cotidianas, o que é suficiente para ensejar o dever de indenizar como forma de reparação pelo dano



# *Superior Tribunal de Justiça*

extrapatrimonial experimentado.

Assim, levando em consideração as questões fáticas, a extensão do prejuízo, bem como a quantificação da conduta ilícita e capacidade econômica do ofensor, a importância a título de danos morais merece ser mantida no patamar de R\$8.000,00 (oito mil reais), ao encontro da sentença proferida em primeiro grau.

Nessas circunstâncias, seria necessário o reexame dos fatos e provas dos autos para se admitir as alegações da recorrente, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento a fim de que, em relação à pretensão de restituição ao segurado das parcelas cobradas indevidamente pela seguradora, seja observado o prazo prescricional de 1 (um) ano anteriormente à propositura da ação (art. 206, § 1º, II, *b*, do Código Civil).

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator